



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 3706/MAP -06 Maio 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N. 466/XI/1ª

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1072 de 05 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

MO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
Gabinete do Ministro

Exmo. Senhor
Dr. André Miranda
Chefe de Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
Assembleia da República
1249 - 068 Lisboa

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 466/XI/(1ª)–AC DE 3 DE DEZEMBRO.
NOTÍCIAS SOBRE A DESLOCALIZAÇÃO DA “RED BULL AIR RACE” DE PORTO/GAIA PARA LISBOA. POLÍTICA E ACÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS

Em resposta ao ofício formulado pelo Gabinete de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, referente à Pergunta referenciada em epígrafe, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento de informar V. Ex.ª do seguinte:

1. À data, a deslocalização do evento “Red Bull Air Race” dos concelhos do Porto e de Gaia para Lisboa decorreu de decisão dos promotores do evento, alheia ao Turismo de Portugal, I.P;
2. As edições anteriores do evento beneficiaram de um apoio financeiro global do Turismo de Portugal, I.P. de € 1,3 milhões de euros (€ 300.000 em 2007, € 500.000 em 2008 e €500.000 em 2009) ao abrigo do Programa de Intervenção do Turismo (PIT), na sequência da apresentação das respectivas candidaturas pelos promotores do evento, o que não se verificou relativamente à edição de 2010, motivo pelo qual a mesma não beneficiará deste apoio;
3. No que se refere à distribuição de incentivos pelo Turismo de Portugal, I.P., importa clarificar que as verbas invocadas como tendo sido atribuídas ao município de Lisboa em 2008, englobam não só os apoios concedidos ao abrigo do PIT, com verbas próprias do Turismo de Portugal, mas igualmente as verbas da contrapartida inicial da criação do Casino de Lisboa, cujo destino foi fixado pelo Decreto-lei n.º 15/2003, de 30 de Junho, a



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
Gabinete do Ministro

que o Turismo de Portugal, I.P. apenas deu cumprimento;

4. Estas últimas encontram-se legalmente consignadas à realização de projectos nos municípios (estes são os exclusivos destinatários dessas verbas) onde existem casinos ou integrados em zonas de jogo, não podendo ser afectas à execução de projectos localizados fora dessas zonas;
5. Cabe igualmente referir que os critérios de selecção no âmbito do PIT são os constantes do Despacho normativo n.º 20/2007, de 07 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Despachos normativos n.º 9/2008, de 28 de Dezembro, n.º 49/2008, de 24 de Setembro e n.º 30/2009, de 18 de Agosto, com base nos quais são apreciadas quaisquer candidaturas que revelem interesse turístico.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

(João Pedro Correia)